

**INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO: A ATUAÇÃO DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* NA CAMPANHA
CONSTITUCIONALISTA DE 1932.**

João Paulo RODRIGUES¹

Resumo: No levante paulista de 1932, o jornal *O Estado de S. Paulo* ocupou papel de destaque ao noticiar, com eloquência, as informações da guerra que lhe convinha e, principalmente, participar das articulações que redundariam no entrenchamento. Entretanto, a atuação do periódico na conjuntura não se resume à manipulação da notícia ou deriva meramente do projeto político de seus diretores. Na “Revolução Constitucionalista” *O Estado de S. Paulo* agiu como o porta-voz da elite paulista. Neste texto, portanto, pretendo problematizar a participação do jornal *O Estado de S. Paulo* no levante de 1932, enfatizando sua condição de fonte e objeto para a produção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: *O Estado de S. Paulo*, imprensa periódica, levante de 1932.

**INFORMATION AND MOBILIZATION: THE PERFORMANCE OF THE NEWSPAPER *O ESTADO DE S. PAULO*
IN THE CAMPAIGN *CONSTITUCIONALISTA* OF 1932.**

Abstract: In the uprising of 1932, the journal *O Estado de S. Paulo* had prominence when it announced with eloquence informations of war which was convenient and, mainly, participating of the articulation that should result in the entrenchment. However, the action of this periodic in the conjecture is not limited itself in a manipulation of the news, or is just derivates of the director's politic project. In the “Constitutional Revolution”, *O Estado de S. Paulo* acted like the elite's spokesman. In this context, therefore, I intend make some questions about the participation of this journal in the uprising of 1932, emphasizing his condition like source and object to production of historical knowledge.

Key-words: *O Estado de S. Paulo*, periodic press, uprising 1932

Um dos aspectos que parece ter-se cristalizado na concepção de imprensa armazenada por grande parte do público leitor brasileiro se refere à crença na fidedignidade e objetividade das informações veiculadas neste meio. Embora isto não resulte na invariável obediência dos segmentos sociais às proposições enunciadas pelos jornais e revistas, é bastante freqüente, na fala do leitor comum, afirmativas do tipo: “noticiou-se em determinado periódico, então, este fato é verdadeiro” ou, ainda, “os números usados nas matérias jamais mentem”.

Sem adentrar na polêmica, nem sempre produtiva, que costuma cercar a questão da objetividade/parcialidade da informação produzida pela imprensa, não raramente é possível observar episódios históricos em que este “caráter de verdade” conferido aos jornais e revistas pode, associado a outros fatores, contribuir para o desfecho de situações desastrosas para a sociedade. Um exemplo eloqüente dessa natureza e sua implicação no trabalho do historiador com suas fontes é o que discutiremos neste texto, trazendo para a reflexão a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*) durante o levante paulista de 1932.

Na realidade, a idéia de imparcialidade com a qual o senso comum qualifica a imprensa periódica atualmente tem raízes bem mais profundas. De acordo com Maria Helena Capelato, durante as décadas de 20 e 40 do século passado, os redatores do jornal *OESP*² consideravam-se expressão da “elite bem pensante” do país “e como tal percorriam o objetivo de formular boas idéias a serem introjetadas pelo público leitor”.³ Ancorados na imagem fabricada pelos iluministas, que se apresentaram no mundo moderno como portadores da verdade, estes jornalistas, dentre os quais Júlio de Mesquita – proprietário de *OESP*⁴ –, reservavam para si o papel de “Intérpretes das Luzes” na sociedade paulista. Na prática, entretanto, suas orientações quase sempre ocultavam as propostas e os interesses do periódico na conjuntura.

Transpondo este quadro para o movimento de 1932, a perspectiva se transforma. A participação de *OESP* no levante parece ultrapassar até mesmo os parâmetros da suposta “missão pedagógica”, destacada por Capelato, relegando a objetividade da informação a segundo plano e atingindo o patamar de uma verdadeira “trincheira espiritual”. Sem sombra de dúvida, essa expressão, utilizada pelo contemporâneo Menotti Del Picchia⁵ para definir o papel e a importância assumida pelos meios de comunicação no confronto entre os paulistas e o Governo Provisório de Getúlio Vargas, pode ser estendida ao jornal, que em todo o processo não abandonou a causa da autonomia paulista e os demais projetos por que se propusera a lutar desde o início das movimentações no Estado.

Pistas para pensar nesse sentido são sugeridas pela historiografia que analisa a insurreição, apontando para a atuação dos órgãos de imprensa na missão de “criar um clima favorável e... manter vivo o ardor da população”,⁶ fundamental para a realização de um confronto bélico no qual as “Forças Constitucionalistas” eram claramente inferiores às do exército que combatiam.

Essa postura articuladora, presente na linha editorial de *OESP* em 1932, tem como pano de fundo o seu projeto para o país e as ligações dos seus diretores com outros poderes e interesses financeiros. No âmbito específico das relações travadas entre São Paulo e os “revolucionários de 1930”, visualiza-se, nesse período, a transformação da postura adotada pelo grupo de Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Plínio Barreto, entre outros. Se, inicialmente, *OESP* saúda a vitória daquele movimento como uma forma de romper com as

falhas do governo desvirtuado da Primeira República, embora não tenha participado diretamente das articulações que resultaram no golpe, o entusiasmo dos primeiros dias arrefece, por sucessivos revezes, até assumir a posição radical de agir para a reversão do processo. Em primeira instância, era aguardada a entrega do governo estadual ao Partido Democrático de São Paulo (PD) – que participou das articulações para a “Revolução de 1930” –, no entanto, tomou posse na interventoria João Alberto, um militar “tenentista” não-paulista, o que frustrou significativamente as expectativas. Na tentativa de contornar a situação, o “tenente” João Alberto nomeou algumas pessoas de confiança do jornal e outras do PD para compor o secretariado de seu governo, mas, tal iniciativa mostrou-se uma veleidade, redundando em ruptura após apenas quarenta dias de administração e na renúncia coletiva dos paulistas. Em decorrência destes desentendimentos, *OESP* entrou na luta pela demissão do “tenente” João Alberto da interventoria e pela nomeação de um governador civil e proveniente de São Paulo. Tornar-se-ia aguda nesse momento a relação entre a sociedade paulista e o “tenentismo”, já que não haveria, a tempo, um consenso entre as partes sobre os rumos a serem tomados pelo “Caso de S. Paulo”, traduzindo-se na luta pela autonomia do Estado e a constitucionalização do país e, por último, na guerra civil.

Na concepção das historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, cuja análise, que toma o jornal *OESP* como objeto de investigação, tornaram-se referenciais, no estudo dessa fonte, as divergências político-ideológicas entre os representantes do periódico e o “tenentismo”, por serem de grande valia para a compreensão do processo, pois representariam projetos diferentes para o país que aglutinavam diversos aliados em torno a si. Enquanto *OESP*:

“considerava um erro conceder-se as mesmas prerrogativas a Estados que tão grandes desproporções apresentavam entre si no grau de ‘evolução’ e, dessa forma, propunha uma descentralização maior para que as unidades mais ‘evoluídas’ da Federação pudessem expandir-se livremente os tenentes argumentavam o contrário. Os tenentes criticavam a desigualdade de representação por Estados, alegando que alguns deles, especialmente São Paulo, gozavam de privilégios excessivos perante a União, com desvantagens para os Estados menores”.⁷

Portanto, estariam em pugna em 1932 propostas diferentes como a centralização versus a descentralização da administração nacional, que, contudo, convergiam para o desenvolvimento da pátria.

Entretanto, essa análise, que explica as razões do movimento de 1932 a partir da existência de apenas dois projetos políticos para o país advindos, respectivamente do “tenentismo” e do eixo “OESP/PD”, vem sendo questionada pela historiografia ao propor a existência de outros grupos com planos definidos para o momento. Nessa perspectiva, Zélia Lopes da Silva lembra que os setores industriais de São Paulo tinham interesses e projetos

concretos que não ficavam restritos ao antagonismo: centralização versus autonomia, mas, também, seriam articulados em torno ao grupo de *OESP*:

*“Essa vanguarda político-cultural , que atribui a si a missão de conduzir o povo-nação do reino da necessidade para o da liberdade (de consumir), articula-se no início da década de 30 em torno de o jornal ‘O Estado de S. Paulo’, pólo de aglutinação do grupo, do qual fazem parte as principais lideranças empresariais paulistas”.*⁸

É em decorrência dessas imbricações e relacionamentos sociais, mencionados pelas análises, que se define a linha editorial seguida durante o confronto, por isso, o trabalho com a imprensa periódica, que se constitui em importante fonte de estudo para o historiador, pressupõe uma leitura que ultrapasse as linhas do texto e atinja outros aspectos do discurso que não ficam explícitos nas matérias, tais como as redes de relações do corpo editorial, por exemplo. Na “Revolução Constitucionalista”, além de divulgar parte das notícias sobre a luta, o jornal *OESP* e seus diretores estavam envolvidos, articulando o levante e comandando, entre outras coisas, a propaganda proselitista de São Paulo, apesar de o jornal já não ser o meio de comunicação mais abrangente da época.

Pela leitura do conteúdo das matérias, notícias e editoriais de *OESP* durante o confronto de 1932 e considerando o contexto da luta, comentado acima, a perspectiva que se mostra mais evidente é a de um jornal em guerra. Iniciadas as hostilidades, já não se trata apenas de dar publicidade aos acontecimentos do Estado, ou sequer de manipular notícias de modo a favorecer a “causa paulista”, como sugerem algumas análises, mas de convocar a sociedade a aceitar o “movimento revolucionário” e cerrar fileiras junto a ele, suprimindo suas carências e fragilidades.

Tal intenção é perceptível já no dia 12 de julho, quando, descartada a hipótese de uma “revolução branca”, cresce o clamor pela adesão de todo o Estado à guerra. Enfatizando o caráter “constitucionalista” dos “esplendorosos fatos de São Paulo” e a certeza da breve colaboração de aliados decisivos como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o jornal reconhece que dificuldades estavam por vir, lembrando que não se travaria uma guerra sobre um tapete de rosas e que caberia ao povo, como consequência, a substituição do “entusiasmo borbulhante” das manifestações públicas precedentes pela adesão irrestrita à luta armada:

*“Habitue-mos-nos à idéia de que é preciso derramar o nosso sangue e de que temos de abrir os nossos corações a toda a sorte de angústias. Aceitemos tudo de ânimo sereno e com a vontade firme de, aconteça o que acontecer, não recuar na estrada de sacrifícios pela qual enveredamos”.*⁹

Ao mesmo tempo em que destaca a necessidade da adesão popular a qualquer transe, a linha editorial de *OESP* se empenha na busca por elementos capazes de “universalizar” a causa em pugna, como se ela fosse da responsabilidade e do interesse de todos os paulistas, constituindo-se, dessa maneira, num apelo à ação. Assim, a estratégia, freqüente nas páginas do jornal, de representar *São Paulo* como o principal agente da conjuntura é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes da mobilização intermediada pela campanha publicitária. Nas falas da classe dominante paulista e nos meios de comunicação de massa da época o discurso também é muito parecido, caracterizando *São Paulo* como historicamente propulsor do progresso nacional e a “ditadura” como a responsável pelos males da Federação e, ainda, a perseguição ao “estado líder”. Diante dessa constatação, a luta pela constituição é, por consequência, um dever cívico de todos os paulistas, como propõe o trecho abaixo:

*“S. Paulo está decidido a todos os padecimentos para redimir o Brasil da ditadura, que o opprime, e reintegral-o nos seus direitos de nação livre... Se a virilidade de um povo se mede pelo seu ardor guerreiro, cremos que não haverá, hoje em parte alguma do mundo, povo mais viril que o povo desta terra. O Brasil pode estar certo de que, mais uma vez, terá, em S. Paulo, um defensor intrépido da sua grandeza e do seu civismo”.*¹⁰

Essa estratégia publicitária de direcionar a luta para a “paulistanidade” de modo algum é casual, estando intimamente relacionada a uma história oficial produzida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo desde o final do século XIX.¹¹ Desta versão, burilada por intelectuais como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis e Alcântara Machado, tem-se a exaltação às tradições paulistas que remetem à terra de Piratininga, do “grito da independência”, da luta pela Proclamação da República e, por conseguinte, na ótica de *OESP*, da guerra pela liberdade constitucional. Do caipira ao bandeirante, os “heróis” do passado – escolhidos pela visão da elite – foram retomados na tentativa de alcançar esse campo de ressonância valioso e motivar a sociedade civil a combater por *São Paulo*.

O jornal *OESP* se destacou nessa iniciativa ao estabelecer como uma de suas metas de guerra a convocação do paulista para o alistamento no serviço militar voluntário. Apresentando, em suas matérias, como caminho interpretativo para os acontecimentos o trabalho histórico de São Paulo na formação da pátria brasileira, que vinha sendo brutalmente interrompido por uma “ditadura nefanda” e desviada dos seus verdadeiros objetivos, o tom do chamado recaía sobre os brios do povo como um dever – ou prazer – de *São Paulo pelo Brasil*. A luta pela mobilização neste encadeamento é evidente:

“Não nos preocupemos, por isso, com as ameaças e fantasias da ditadura. Tratemos de preparar, rapidamente, os vários milhares de voluntários que pedem armas, multipliquemos em todo o Estado as

comissões de alistamento, abandonemos as nossas ocupações ordinárias e concentremos os nossos esforços na preparação da guerra. São Paulo precisa vencer, seja por que preço for, seja mesmo a custo de sua ruína total, e para vencer não deve distrahir a sua atenção do serviço militar nem deve desperdiçar as suas energias em outros trabalhos que não sejam os destinados às operações de guerra”.¹²

Percebendo a importância da propaganda na articulação para a guerra, especialmente por meio dos êxitos do “comitê revolucionário” paulista, do qual os “Mesquitas” faziam parte, os membros do Governo Provisório não tardariam a responder às acusações de campanha formuladas pelo jornal e divulgadas nos outros meios de comunicação, explorando habilmente as lacunas do noticiário paulista. O próprio Getúlio Vargas, em manifesto à nação, questionaria as motivações para o levante, qualificando-o como *“um movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário”*. Contra a acusação de que a “Revolução de 1930” teria se desviado dos seus propósitos iniciais, o governo federal responde afirmando que essa manifestação de desordem em São Paulo acontecia justamente no momento em que a “revolução” colhia os primeiros frutos de uma vasta obra de reconstrução econômica do país. Em seguida, critica a justificativa da normalidade institucional como razão para a “sedição”, afirmando que os primeiros passos para a formação da Assembléia Constituinte já teriam sido dados, inclusive com a data da mesma marcada para o ano de 1933. Satisfeitas estas condições, uma guerra pela constituição só poderia partir de objetivos escusos, salienta:

“Contrastando, justamente, com essa patriótica orientação, elementos descontentes e ambiciosos tentam estabelecer a anarchia e a confusão em São Paulo, desencadeando, no seio de sua laboriosa e pacífica população, um motim de objetivos puramente pessoais. É fora de dúvida, conseqüentemente, que, conhecendo-lhes as intenções, São Paulo, pela maioria do seu povo, não pode ser solidário com a desordem”.¹³

O general “tenentista” Góes Monteiro, Comandante das Forças Federais que já havia trabalhado em São Paulo como líder da 2ª. Região Militar do Exército, foi ainda mais longe numa proclamação lançada por aviões sobre o Estado, classificando os acontecimentos bélicos como um interesse exclusivo dos políticos, cuja principal estratégia para se rebelar seria a manipulação do amor popular por São Paulo:

“Paulistas! Iludidos por ambiciosos desalmados, fostes levados a esta guerra fratricida, convencidos de que defendeis uma causa justa... Mas quem poderia premeditar a deshonra de São Paulo, quem poderia pensar em humilhar São Paulo; ... Só o criminoso despeito de políticos desesperados de alcançar os seus fins inconfessáveis, poderia imaginar e levar a efeito essa campanha sórdida de intrigas e mitificações que vos levaram a acreditar que o Governo Federal nutria sentimentos hostis ao vosso glorioso estado”.¹⁴

Frente a esta situação, a temática de *OESP* durante o confronto se dinamiza. Com posicionamento ainda mais incisivo, o periódico comandado por Júlio de Mesquita Filho se envolve de corpo e alma nesta batalha pela definição do caráter da insurreição paulista, rebatendo todas as críticas feitas pelo Governo Provisório. Com o transcorrer dos combates bélicos e o envolvimento maciço da população civil nos esforços de guerra – tarefa primordial – a ênfase das matérias e editoriais publicados pelo *OESP* vai ser ainda maior na comprovação de que o movimento não teria finalidade política. Os elementos apontados pelo jornal para confirmar essa tese advinham da expressiva participação do povo manifestada no alistamento voluntário e nas doações às campanhas realizadas, o que, nessa ótica, permitiria inferir que a guerra teria partido de São Paulo inteiro, cansado da má administração da “ditadura”.

Tal argumentação é corroborada pela idéia de que os políticos teriam o direito de lutar pela defesa de sua terra natal, pagando, desta maneira, pelos seus erros do passado. Além disso, afirma que o Governo Provisório também teria se aliado aos maus políticos, principalmente os dos Partidos Republicanos em outros estados, para combater *São Paulo*. Em contrapartida, *OESP* admite que se algum dia os políticos paulistas incentivaram a luta, naquele momento, os destinos do Estado estavam nas mãos de uma “massa anonyma”, contra a qual eles nada poderiam fazer, mesmo que assim o desejassem.¹⁵

Ao mesmo tempo em que insiste na apresentação da impetuosidade da massa na condução dos embates, o editorial do dia 18 de agosto reafirma o caráter constitucionalista do movimento por meio da “descrença na palavra de uma ditadura” como a que estava enfrentando:

*“Precisemos bem as coisas. S. Paulo reclama a constituição. Não quer outra coisa. Todavia, a simples promessa de constituição imediata não é bastante para contental-o. Só com essa promessa elle não poderia e não pode depor as armas. O governo actual desmereceu por completo da confiança geral. S. Paulo só tem razões para duvidar da palavra desse governo... De bocca, nunca houve melhor amiga dos paulistas, mas de actos S. Paulo nunca teve adversário mais temível”.*¹⁶

Respondidas as principais críticas do Governo Provisório à altura, pelo menos para a opinião pública paulista, os jornalistas de *OESP* dão prosseguimento à sua batalha pela (in)formação, procurando desmontar a “suposição” de que a “Revolução Constitucionalista” seria apenas um movimento sedicioso de caráter reacionário e regionalista. Para tanto, uma das estratégias de ação era demonstrar que os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP) – que seria o único interessado em retornar à situação antiga – tinham participação reduzida no confronto; outra prática, mais utópica, consistia em propagar conjeturas sobre a adesão de outros estados da Federação, o que legitimaria a causa em âmbito nacional, refutando o

caráter regionalista latente. Entretanto, como o desejo nem sempre condizia com a realidade, o *OESP* optou, no corpo dos textos, pela publicação de suas expectativas, a exemplo do dia 19 de julho, quando, mesmo sem ter certeza, veiculou a adesão do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, estados cuja ação estava sob o controle do Governo Provisório:

“O Rio Grande está conosco. O Rio Grande saíu a campo. O Rio Grande bate-se. Não é S. Paulo apenas, não são unicamente os rebeldes paulistas, como lhes chama a ditadura na penúria de seu vocabulário, que tomaram armas em defesa da dignidade nacional. É também o Rio Grande; é também Mato Grosso. E será amanhã o Brasil inteiro”.¹⁷

O destacado papel de liderança de *OESP* na guerra publicitária contra o Governo Provisório é perceptível, por exemplo, pela homogeneidade com que se reproduz o seu discurso na fala dos representantes da classe dominante paulista. Ainda que o principal meio de comunicação de massa da época fosse o rádio, que participou ativamente da campanha, o jornal *OESP* formulava e sistematizava as explicações da elite para as inquietações do momento. A consonância das visões pode ser observada pela entrevista concedida por José Maria Whitaker, em nome das “classes conservadoras paulistas”, ao programa “Rádio Jornal”, transmitido em cadeia pelas rádios Record, Cruzeiro do Sul e Educadora. O pronunciamento de Whitaker, notadamente, mantém a linha argumentativa de *OESP*, propugnando a defesa da autonomia paulista que, em sua percepção, só seria alcançada quando escrita numa carta magna e, ainda, utiliza o mesmo direcionamento para “São Paulo inteiro” com relação à acusação de que o movimento teria finalidade política.

“Esta revolução não é uma revolução política, é, antes, uma explosão humana; não é uma rebelião de partidos, é uma reação de sentimentos, uma insurreição geral, unânime e irresistível, de um povo que se vira ludibriado até a degradação. Aos partidos políticos competiu, talvez, a iniciativa, mas, deflagrado o movimento, ninguém discutiu, ninguém hesitou”.¹⁸

Outros representantes da sociedade paulista também se pronunciaram no programa “Rádio Jornal”, endossando a interpretação de *OESP* para o levante. Coincidentemente, este programa que era um dos principais informativos dos combates, veiculado várias vezes ao dia pelas rádios paulistas, tinha na presidência da comissão de redação um dos líderes de *OESP*, Plínio Barreto.¹⁹

Cumprido observar que o conteúdo da campanha publicitária veiculada pelo jornal, com o apoio das lideranças “revolucionárias”, deve ser analisado como parte das estratégias da guerra, sendo elaborado do ponto de vista da classe dominante em armas. Tal perspectiva é

sensível, por exemplo, na exaltação ao espírito cívico paulista, direcionando para *São Paulo* a responsabilidade do processo, quando o que, de fato, moveu inicialmente o enfrentamento foram as insatisfações de grupos específicos, como os políticos e industriais, que não tiveram seus interesses atendidos em âmbito federal e, por isso, estimularam a criação de uma Frente Única Paulista, em fevereiro de 1932, sensibilizando a população para a questão e afirmando que *São Paulo* teria sido tomado como uma “presa de guerra” pelo “tenentismo”.²⁰

Assim, se a intenção de Whitaker no pronunciamento a “Rádio Jornal” era desqualificar politicamente seus adversários frente à opinião pública, suas palavras também evidenciam a existência de divergências anteriores com relação ao “tenentismo”, que remetem à “Revolução de 1930”, quando havia um grande temor em São Paulo de que os militares que comandaram o golpe assumissem tendências totalitárias como o fascismo ou o comunismo; preocupação que ainda foi agravada pela aproximação inicial do interventor João Alberto com o Partido Comunista. Como a reputação do “tenente” já vinha sendo alvo de críticas do jornal *OESP*, a partir deste fato não demoraria até que o “tenentismo” fosse classificado como “extremista”. Contudo, o que fora apontado no “tenentismo” como radicalismo prejudicial à sociedade nada mais era do que suas idéias concernentes a medidas na área do trabalho, tais como o direito de férias. Essa postura foi interpretada como uma afronta aos interesses da elite paulista, como lembram Capelato e Prado,²¹ que, temendo uma mudança mais profunda na estrutura social, intensificaram, ainda em 1931, as restrições aos “tenentes”. É importante perceber, entretanto, que o mesmo jornal que qualificou como “extremistas” aqueles que defendiam transformações na estrutura social, a partir de 9 de julho passou a militar pela unificação de todos os paulistas para a luta, independentemente de classe, justificando seu ponto de vista desta maneira:

“O operariado é uma das vítimas da dictadura que ela mais cobre de flores... Para conquistá-lo ou, pelo menos, para mantel-os neutros nesta campanha em que eles são profundamente interessados, a dictadura espalha que a vitória dos exércitos constitucionalistas será a ruína das esperanças do operariado e a revogação das leis que o favorecem (...)
O que a dictadura tem feito, nesse terreno, é atrapalhar... Esse systema só podia ser e só pode ser viável quando se trame de modo tal que as indústrias não pereçam arrastando na sua ruína tanto os patrões como os operários”.²²

Diante destas considerações acerca do conteúdo dos periódicos e das relações que o permeiam, cabe destacar que a campanha efetuada pelo *OESP* na guerra ultrapassava os limites de suas páginas diárias. Trabalhando em sintonia com a Liga de Defesa Paulista,²³ em meados de julho, as gráficas de Júlio de Mesquita Filho passaram a imprimir também as edições do *Jornal das Trincheiras*, que se auto-intitulava como “o órgão oficial da Revolução Constitucionalista”. Além do suporte material, *O Estado de S. Paulo* colaborava com informações e artigos anônimos de jornalistas seus para o *Jornal das Trincheiras*, distribuído,

aos domingos e quintas-feiras, nos campos de batalha, espalhando a versão paulista, como neste trecho assinado por V. Cy:

*“hoje quem domina em S. Paulo é a vontade do povo. Não são as conveniências dos políticos ou dos interesseiros, as aspirações dos partidos ou as ambições dos indivíduos. É a vontade colectiva, a vontade profunda e intransigente de uma população inteira que quer a vitória porque sabe o que quer”.*²⁴

O grau de envolvimento de *OESP* nas articulações para a insurreição fica ainda mais nítido por meio da contraposição ao jornal carioca *Correio da Manhã*, que, apesar de sofrer a censura prévia pelo Governo Provisório, tinha posição “autônoma” na interpretação sobre os acontecimentos de São Paulo. Assim, ao examinar as primeiras movimentações de São Paulo, o editorial, intitulado “Contra-revolução”, classifica o levante paulista como mais uma manobra política para a substituição dos grupos no poder central. Apesar de salientar que o clima de confusão em torno aos fatos era grande nos primeiros dias, o jornal pondera que a “contra-revolução” surpreendeu apenas a população que trabalha e produz, encontrando os políticos e os interessados na politicagem de ambições e competições já preparados para um golpe dessa natureza.

Destoando da posição de *OESP*, que estava em guerra, o *Correio da Manhã* se mostra cético quanto à motivação constitucionalista do movimento, considerando que as eleições estavam marcadas para o ano seguinte e, portanto, seria desnecessária a realização de uma ação bélica, envolvendo a sociedade civil, para apressá-la. Em seguida, esclarece que se a questão da Constituição arrastava-se morosamente não era devido à interferência do Governo Provisório, mas a uma anomalia no Tribunal Superior Eleitoral que, mesmo depois do encaminhamento das discussões sobre a constituição na sociedade, não havia sequer estabelecido o seu regimento interno. Essa situação, porém, deveria ser solucionada dentro da paz e da ordem.

Esse posicionamento crítico do *Correio da Manhã* decorre do entendimento de que estariam por trás do pretexto constitucionalista os interesses pessoais dos políticos, os quais seriam responsáveis pela ruína do país e pelas fraudes e negociações obscuras da “República Velha”. Nessa perspectiva, os homens de reputação duvidosa estariam arrastando o Brasil a uma guerra lastimável, com intuito exclusivo de reaver os postos de onde haviam sido alijados em 1930. *“A luta fratricida, atirando brasileiros contra brasileiros, trazendo no seu bojo sinistro o desespero, o pânico e o terror, pode ser a aspiração incrível dos políticos saudosistas ou daquelles que estão contrariados pela Revolução. Não o é, entretanto, a do povo”.*²⁵

Diante desta conclusão radicalmente oposta à campanha movida pelo *OESP*, a solução encontrada pelo *Correio da Manhã* para a situação também é distinta:

*“O chefe do governo provisório não se deve constringer em admitir um armistício... o sr. Getúlio Vargas não sairá diminuído nem no seu prestígio, nem na sua autoridade. Remova dificuldades que cream os políticos desaffectedos ou despeitados. Dê um grande passo para a confraternização geral e pelo esforço que empregar, se for sincero, abnegado, coerente consigo mesmo, não lhe faltarão os aplausos de todos os bons brasileiros”.*²⁶

Apesar do enfoque privilegiado pelo *Correio da Manhã* reduzir a compreensão do levante paulista especificamente à sua interpretação – movimentação política – deixando de lado, por exemplo, os interesses de outros grupos de São Paulo que foram importantes para a luta, esta diferença de abordagem com relação ao jornal *OESP*, sobre o mesmo fenômeno, estimula a reflexão acerca do trabalho do historiador com suas fontes, no ponto em que se destaca a necessidade de tomarmos a imprensa periódica como fonte e objeto de pesquisa. No caso de 1932, o pesquisador que, realizando uma investigação para a produção do conhecimento histórico, tomasse *OESP* como fonte de pesquisa, sem, contudo, observar o envolvimento de seus diretores nas movimentações políticas mais gerais deste cenário, correria sério risco de perder de vista uma das perspectivas mais atraentes que se refere ao engajamento do jornal na guerra. Com isso, voltamos à questão inicial relacionada ao conceito de imprensa armazenado por parte significativa do público leitor, que tende a “encontrar a mais pura verdade” nas páginas dos jornais e revistas, quando estes, embora se comprometam com a veracidade de suas publicações, estão sujeitos às posições ideológicas e aos demais interesses dos seus proprietários e da equipe de redação.

A participação de *OESP* no levante de 1932 é, contudo, ainda mais ampla, traduzindo o grau de envolvimento de jornalistas como Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Plínio Barreto, entre outros, classificados por Rondon Martim Souza de Castro, como os elementos civis mais atuantes no processo de conspiração.²⁷ Em meio ao “complô”, a preponderância da opinião do jornal é notória nos temas decisivos, atingindo mesmo as discussões sobre o momento e as condições adequadas para a deposição de armas. Assim, no dia 30 de agosto, comentando a decisão do Governo Provisório de enviar um emissário ao Estado para intermediar um armistício, o jornal fez exigências sobre o tipo de acordo que São Paulo aceitaria. Mesmo o “Exército Constitucionalista” estagnado em suas próprias fronteiras ou em franco recuo frente à superioridade do adversário, *OESP* repugna a rendição prévia de suas tropas como condição para o início das discussões:

“Realmente, toda proposta desse teor será recebida em S. Paulo como um insulto. Não se fazem propostas taes a quem está em armas, como S. Paulo, cuja vontade de lutar e vencer é inabalável (...) S. Paulo está firmemente deliberado a conquistar a liberação do Brasil, e que não empunhou as armas para entrar em accordos que o enxovalhem e que lhe maculem a pureza dos ideaes”.²⁸

A temática da pacificação voltou a ser notícia no editorial do dia seguinte, em que se procurava negar as divisões dentro da própria classe dominante acerca dos destinos do confronto. Enquanto alguns membros da Associação Comercial buscavam alianças em outros estados, o *OESP* defendia que o único meio capaz de cessar as hostilidades naquele momento seria a negociação direta entre a “ditadura” e o governo de São Paulo. Argumentando que se indivíduos da Associação Comercial se manifestassem isoladamente pela paz pouco avanço representariam para a causa, o *OESP* enfatizava que o mesmo valeria para as entidades civis do Rio de Janeiro que tentassem encerrar a guerra clamando apenas a opinião pública paulista. O caminho para as entidades cariocas deveria ser a pressão contra a “ditadura”. Deste modo, o jornal faz questão de esclarecer que não havia dissidências internas, uma vez que as pressões mais efetivas pela pacificação não teriam partido da direção da Associação Comercial:

*“Solicitadas pelas classes do Rio de Janeiro para uma conversação sobre a paz, as associações paulistas responderam com toda a sabedoria que, comquanto animadas das mais puras intenções pacifistas e convencidas de que a paz é indispensável para o Brasil, não se sentiam com autoridade para entabolar conversações a esse respeito, uma vez que São Paulo tem um governo constituído, que sahi da vontade popular e que é apoiado em toda linha pelo povo paulista”.*²⁹

Como consequência dessa postura e da participação intensiva das lideranças de *OESP* na conspiração, após o armistício, mesmo com a negociação para a deposição de armas, houve retaliação aos representantes do periódico, como indica o quadro abaixo com os nomes dos principais civis exilados do país, dentre os quais os jornalistas.

QUADRO – Civis Brasileiros Exilados em Lisboa após a “Deposição de Armas”.

| Nome | Súmula Biográfica |
|--------------------------------|--|
| Álvaro A. da Costa Carvalho | Advogado, industrial, lavrador e ex-Senador Federal |
| Aureliano Leite | Advogado, diretor do Partido Democrático |
| Altino Arantes | Ex-governador de São Paulo, diretor do PRP |
| Austragésilo de Athayde | Jornalista, diretor dos <i>Diários Associados</i> |
| Antonio Pereira Lima | Advogado e Promotor de Justiça |
| Antônio Mendonça | Advogado em São Paulo |
| Carlos Cirilo Junior | Advogado e antigo Deputado Federal |
| Carlos de Sousa Nazaré | Presidente da Associação Comercial de São Paulo |
| Cícero Azevedo | Funcionário da <i>Estrada de Ferro Central do Brasil</i> |
| Cesário Coimbra | Diretor da Sociedade Rural Brasileira e diretor do PD |
| Ernesto Simões Filho | Advogado, proprietário do jornal <i>A Tarde</i> , Bahia |
| Francisco Morato | Professor da Faculdade de Direito e presidente do PD |
| Francisco Egídio Fonseca Teles | Engenheiro, professor Escola Técnica de São Paulo |
| Francisco da Cunha Junqueira | Lavrador de café, advogado, antigo deputado e Secretário |

| | |
|--------------------------------|---|
| | da Agricultura no Governo Paulista |
| Francisco de Mesquita | Advogado, diretor gerente de O Estado de S. Paulo e diretor do Partido Democrático |
| Felisberto Caldeira Brant | Comerciante no Rio de Janeiro |
| Guilherme de Almeida | Escritor e membro da Academia Brasileira de Letras |
| Ibrahim Nobre | Promotor de Justiça Pública em São Paulo |
| José Rodrigues Alves Sobrinho | Lavrador de café, ex-deputado, Secretário da Educação e Saúde no último Governo paulista |
| José Cardoso Almeida Sobrinho | Engenheiro Civil na Capital Federal |
| Joaquim A. Sampaio Vidal | Diretor Departamento Municipal no Governo Paulista |
| Júlio de Mesquita Filho | Advogado e Diretor de O Estado de S. Paulo |
| Luís de Toledo Piza Sobrinho | Advogado, lavrador de café e ex-deputado |
| Leven Vampré | Advogado, lavrador de café e comerciante |
| Luís Américo de Freitas | Advogado, presidente do Instituto do Café-São Paulo |
| Manuel Pedro Vilaboim | Ex-senador e diretor do Partido Republicano Paulista |
| Mario da Fonseca Tinoco | Capitão de longo curso na Marinha Mercante |
| Oswaldo Chateaubriand | Ex-procurador da República, advogado e Diretor dos <i>Diários Associados</i> |
| Prudente de Moraes Neto | Lavrador de café e diretor do Partido Democrático |
| Paulo Duarte | Advogado e jornalista de O Estado de S. Paulo |
| Sílvio de Campos | Ex-deputado, diretor do Partido Republicano Paulista |
| Tirso Martins | Ex-deputado, Chefe de Polícia no Governo Paulista |
| Teodoro Carneiro Santiago | Industrial em Minas Gerais e ex-deputado federal |
| Tito Pacheco | Lavrador e comerciante |
| Virgílio Benevenuto | Advogado no Rio de Janeiro |
| Vivaldo Coaracy | Jornalista vinculado ao jornal O Estado de S. Paulo |
| Waldemar Martins Ferreira | Advogado, secretário da Justiça no Governo Paulista |

FONTE: SILVA, Hélio R. 1932: *A Guerra Paulista*. RJ: Civilização Brasileira, 1967.

Nesse sentido, se a atuação de *OESP* na “Revolução Constitucionalista de 1932” não fosse parte importante da guerra, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, entre outros, não teriam sofrido semelhante punição, sendo que diversos membros da elite paulista, que também se envolveram nos enfrentamentos, saíram praticamente ilesos. Diante disso, o suposto “caráter de verdade” do jornal para a sociedade deve se tornar relativo, mediante a análise de outros fatores que o circundam; afinal, como ressalta Castro, em 1932 *OESP*: “*Soube desempenhar seu papel de agitador na conspiração – de direção, durante a mobilização e confronto bélico, e de tranquilizador, quando a derrota bateu às portas dos paulistas*”.³⁰

Pensando a questão no campo teórico-metodológico do trabalho com a imprensa, a atuação do jornal *OESP* no movimento de 1932 traz, em seu bojo, a polêmica acerca da neutralidade/parcialidade do conteúdo publicado nos periódicos. Resguardados os riscos de um debate sobre o mérito da questão, que pode trazer pouco avanço à pesquisa, a utilização da imprensa periódica apresenta características singulares, como propõe Tânia Regina de Luca:

“Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de

jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.³¹

Nessa perspectiva, cabe ao historiador, dispondo de ferramentas advindas da análise do discurso, problematizar “a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”.³²

O trabalho com a imprensa periódica, enfatiza a autora, deve superar os limites da extração de alguns trechos de autores isolados, numa abordagem que faça dos impressos, simultaneamente, fonte e objeto de pesquisa historiográfica. Isso significa analisar múltiplos aspectos dos periódicos, ancorando a crítica na materialidade, no conteúdo e, ainda, nas relações e nas “atividades de bastidores” que envolvem o processo de organização, lançamento e manutenção dos jornais e revistas. Tal campo de análise se desdobra em diversas questões que precisam ser observadas pelo pesquisador, tais como: verificar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado acontecimento, perceber o destaque conferido a ele dentro da edição, a linguagem e a natureza do conteúdo, identificar o grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores mais assíduos, inquirir sobre suas ligações com diferentes poderes e interesses financeiros, atentar para as relações de sociabilidade das redações que são partes importantíssimas das matérias.

Considerando-se estes pressupostos, em sua maioria observados ao longo deste texto, é-nos permitido concluir que, em 1932, o jornal *OESP* atuou na guerra combatendo inicialmente na trincheira da informação, mas atingindo a radicalização com a presença de jornalistas seus, como Paulo Duarte, diretamente na linha de fogo, selecionando, ordenando e narrando apenas os acontecimentos que favoreciam a “guerra de São Paulo pelo Brasil”. Cabe destacar, entretanto, que a realidade era bem diferente da notícia, não tendo São Paulo condição alguma, apesar da ampla mobilização da sociedade civil, de vencer as forças militares que apoiavam o Governo Provisório e eram efetivamente muito superiores às suas.

Talvez, o grupo de *OESP* que, além de suas divergências internas com o “tenentismo”, alinhou-se aos descontentamentos da Frente Única Paulista e imergiu-se na Liga Pró-Constituinte tenha se inebriado com sua própria ideologia. Insistindo na grandeza histórica de São Paulo como o principal pólo de desenvolvimento do país, as elites acreditaram-se capazes de vencer um Exército mais bem equipado e preparado para a luta. O jornal ainda justifica o conteúdo exacerbadamente positivo com que reproduzia os enfrentamentos, defendendo ser esta uma medida necessária para evitar transtornos à própria população.³³

Encerradas as hostilidades, Júlio de Mesquita e Paulo Duarte partem para o exílio de um ano em Portugal. Apesar da retaliação, pouco tempo depois Armando de Salles Oliveira, um dos diretores do jornal, é nomeado para a interventoria paulista, fato interpretado pela

imprensa paulista como uma vitória moral de São Paulo. Evidentemente, diversos fatores explicam o expressivo envolvimento da população paulista no movimento de 1932; no âmbito exclusivo dos meios de comunicação, certamente, a abrangência do rádio – em processo de modernização – se mostrou mais efetiva, mas, por outro lado, a imprensa escrita não perdeu seu valor efetivo no “combate ao arbítrio”. O jornal *OESP*, analisado como fonte e objeto de pesquisa, liderou a guerra publicitária contra o Governo Provisório, traduzindo os interesses vários da elite paulista num período de redefinição dos caminhos da sociedade brasileira.

NOTAS

-
- ¹ Esta pesquisa tem apoio financeiro do CNPq e vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Unesp, Campus de Assis, sob orientação da Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva.
- ² Jornal *O Estado de S. Paulo*.
- ³ CAPELATO, Maria H. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: imprensa paulista (1920 – 1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, v. 12, nº. 23/24, p. 55 – 75, set. 91/ agosto/ 1992. p.35.
- ⁴ A partir de 1927, com a morte de Júlio de Mesquita, a direção do jornal *OESP* fica a cargo de Júlio de Mesquita Filho.
- ⁵ DEL PICCHIA, Paulo Menotti. *A Revolução Paulista de 32: através de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1932.
- ⁶ BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFCLH – USP, 1982. p. 48.
- ⁷ PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, M. H. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 43/44.
- ⁸ SILVA, Zélia Lopes da. *A República dos Anos 30. A Sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na Constituinte de 1933 – 1934*. Londrina: UEL, 1999. p.40.
- ⁹ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1932.
- ¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1932.
- ¹¹ Sobre este assunto ver, entre outros, TORAL, André. A imagem Paulista do Caipira ao Bandeirante. In: CAMARGO, Ana M. de Almeida (org). *São Paulo, Uma Longa História*. São Paulo: CIEE, 2004.
- ¹² *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1932.
- ¹³ *Correio da Manhã*, 12/07/1932.
- ¹⁴ GÓES MONTEIRO, P. A de. *Ao Povo de São Paulo*. Rio de Janeiro: Comando das Forças Federais, 1932.
- ¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 18/07/1932.
- ¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1932.
- ¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/1932.

-
- ¹⁸ WHITAKER, José Maria. *São Paulo e a Revolução*. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo (Departamento da Campanha do Ouro), 1932. p.9.
- ¹⁹ Plínio Barreto, que era um dos representantes de OESP mais articulados ao “comando revolucionário”, dirigia este programa ao lado de Eurico Sodré, Cantídio de Moura Campos, Jorge Americano, Leven Vampré e Matos Pimenta.
- ²⁰ A expressão “presa de guerra” foi utilizada pelo PD em seu manifesto de ruptura com o “tenentismo”, no início de 1932. *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1932.
- ²¹ Op. cit. p.45.
- ²² *O Estado de S. Paulo*, 14/09/1932.
- ²³ Organização civil criada no ano de 1931 para a organização da “defesa de São Paulo e de suas tradições”.
- ²⁴ Provavelmente estas iniciais representam a participação de Vivaldo Coaracy, engenheiro civil e jornalista, ex-professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre e delegado da Associação Comercial de São Paulo no Rio de Janeiro. Em 1931, Vivaldo Coaracy escreveu “*O Caso de S. Paulo*”, livro que teve grande repercussão na imprensa da época. Ao final do levante, foi exilado em Portugal junto às demais lideranças “revolucionárias”.
- ²⁵ *Correio da Manhã*, 12/07/1932.
- ²⁶ *Correio da Manhã*, 12/07/1932.
- ²⁷ CASTRO, Rondon M.S. *Non Ducor, Duco – O Jornal “O Estado de S. Paulo” na Revolução Constitucionalista*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Instituto Metodista de Ensino Superior.
- ²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 30/08/1932.
- ²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 31/08/1932.
- ³⁰ Op. cit. p.12.
- ³¹ LUCA, Tânia Regina de - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. B. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.
- ³² Idem.
- ³³ *O Estado de S. Paulo*, 14/08/1932.

Artigo recebido em 30/10/2006 e aprovado em 14/09/2007